



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
AUDITORIA GERAL



PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA 2011

Curitiba/Pr



SUMÁRIO

1. INSTITUIÇÃO	1
1.1 Missão.....	2
1.2 Visão.....	2
1.3 Valores.....	2
1.4 Finalidades.....	3
1.5 Objetivos.....	5
1.6 Do órgão de Controle – Auditoria.....	6
1.6.1 Objetivos Gerais da Auditoria.....	6
1.6.2 Objetivos Específicos da Auditoria.....	7
1.6.3 Recursos Disponíveis	8
1.6.3 Orçamento do Instituto Federal do Paraná (PLOA-2011).....	9
2. PAINT – 2011 (Plano Anual de Atividades da Auditoria).....	10
2.1 Áreas Relacionadas.....	10
2.1.1 Controle de Gestão.....	11
2.1.2 Controle Orçamentária.....	11
2.1.3 Controle Financeira.....	11
2.1.4 Controle de Suprimentos de Bens e Serviços.....	12
2.1.5 Controle de Pessoas.....	12
2.1.6 Controle Patrimonial.....	12
2.1.7 Controle Operacional.....	12
2.1.8 Reserva Técnica.....	12



2.2	Mapeamento das Atividades.....	13
2.3	Hierarquização das Atividades.....	13
2.3.1	Materialidade.....	13
2.3.2	Relevância.....	14
2.3.3	Criticidade.....	15
2.3.4	Matriz de Risco.....	16
2.4	Ações de auditoria previstas para 2011.....	20
2.5	Ações de Desenvolvimento das Atividades da Auditoria.....	29
2.6	Considerações Finais.....	30



PLANO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA – PAINT EXERCÍCIO 2011

Em conformidade com o que estabelece a Instrução Normativa CGU nº 7, de 29 de dezembro de 2006, alterada pela Instrução Normativa CGU nº 9, de 14 de novembro de 2007, abordando os itens contidos no Art. 2º da Instrução Normativa CGU nº 01, de 3 de janeiro de 2007, apresentamos para apreciação da Controladoria-Geral da União, no Estado do Paraná, o PAINT do exercício de 2011.

1 – INSTITUIÇÃO

O Instituto Federal do Paraná (IFPR) é uma Instituição Pública e gratuita de Educação Profissionalizante criada pela Lei nº 11.892/08, que transformou a Escola Técnica da Universidade Federal do Paraná (ET-UFPR) em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Como o Instituto tem origem na Escola Técnica da UFPR, fundada em 1869, o IFPR traz na bagagem uma rica e expressiva história, que culminou com a criação desta nova Instituição, em dezembro de 2008.

Hoje, a Educação Profissionalizante é o objetivo central do IFPR, que reserva 50% das vagas para os Cursos Técnicos de Nível Médio. Atualmente, em todas as modalidades, a instituição oferece 32 cursos. Com ampla abrangência no Paraná, o Instituto possui atualmente 14



campi no Estado (Curitiba, Assis Chateaubriand, Campo Largo, Cascavel, Foz do Iguaçu, Irati, Ivaiporã, Jacarezinho, Londrina, Palmas, Paranaguá, Paranavaí, Telêmaco Borba e Umuarama). Dentro do plano de expansão da educação profissionalizante proposta pelo IFPR a meta é chegar a 30 unidades atendendo todas as regiões do Estado do Paraná e a estimativa, até o término da expansão, é oferecer 20 mil vagas presenciais e 50 mil na modalidade de Educação a Distância (EaD). Seu quadro de servidores possui 178 técnico-administrativos e 296 docentes.

1.1 – MISSÃO

Promover e valorizar a educação profissional e tecnológica, com base na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação do cidadão e da sustentabilidade da sociedade paranaense e brasileira, com amparo nos princípios da ética e da responsabilidade social.

1.2 - VISÃO

Ser modelo de instituição de educação profissional e tecnológica caracterizada pelo compromisso social, ambiental e com a sustentabilidade, capaz de atuar com inovação e de forma transformadora.

1.3 – VALORES



- Compromisso com a construção do saber e reconhecimento dos saberes sociais;
- Promoção de educação de qualidade, inclusiva e integradora, formadora de profissionais competentes e comprometidos com a responsabilidade sócio-ambiental;
- Gestão participativa, dinâmica e transparente, comprometida com a qualidade de vida;
- Desenvolvimento de inovação tecnológica por meio de postura empreendedora;
- Comportamento ético orientado pelos princípios da dignidade humana, respeito às diferenças dos cidadãos e combate a todas as formas de discriminação;
- Respeito, preservação e disseminação da cultura e das tradições locais;
- Qualidade e excelência para promover a melhoria contínua dos serviços oferecidos, para a satisfação da sociedade.

1.4 - FINALIDADES

De acordo com a Lei de criação (Lei nº 11.892/08) e com seu Estatuto, o IFPR tem as seguintes finalidades e características:

I – ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;



- II** – desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- III** – promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infra-estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- IV** – orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- V** – constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VI** – qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VII** – desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- VIII** – realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;
- IX** – promover a produção, o desenvolvimento de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente.



1.5 – OBJETIVOS

São objetivos do IFPR:

- I** – ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- II** – ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
- III** – realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- IV** – desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- V** – estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
- VI** – ministrar em nível de educação superior:
 - a)** cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;
 - b)** cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação



básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação *lato sensu* de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;

e) cursos de pós-graduação *stricto sensu* de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

1.6 - DO ÓRGÃO DE CONTROLE – AUDITORIA

A auditoria geral do Instituto Federal do Paraná é um órgão de assessoramento especial, subordinada administrativamente ao Reitor, tem a finalidade de exercer orientação, controle e fiscalização dos atos e fatos administrativos do IFPR em toda sua abrangência.

1.6.1 – OBJETIVOS GERAIS DA AUDITORIA

O objetivo geral da auditoria geral é avaliar a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente,



e de examinar o gerenciamento de riscos, visando auxiliar à administração da entidade no cumprimento dos seus objetivos.

1.6.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA AUDITORIA

Os seus objetivos específicos estão destacados a seguir:

- I -** Analisar a regularidade da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional da Instituição, objetivando a eficiência, eficácia e efetividade;
- II -** Avaliar a regularidade das contas, a eficiência e a eficácia na aplicação dos recursos disponíveis, observados os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade;
- III -** Assessorar a alta administração e demais membros do corpo gerencial quanto à execução da receita e da despesa, visando à aplicação regular e à utilização adequada de recursos e bens disponíveis, bem como à eficiência de suas atribuições;
- IV -** Emitir aos órgãos responsáveis pela administração, planejamento, orçamento e programação financeira informações oportunas que permitam aperfeiçoar suas atividades;
- V -** Acompanhar o fiel cumprimento das leis, normas, regulamentos, instruções normativas, estatutos, regimentos e resoluções dos conselhos e órgãos de deliberação;
- VI -** Propiciar a racionalização progressiva dos procedimentos administrativos, contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais da Instituição;



- VII** - Avaliar a eficiência e a qualidade técnica dos controles contábeis, orçamentários, financeiros e patrimoniais da Instituição;
- VIII**-Emitir orientações, de natureza administrativa, contábil e operacional quanto à aplicação das leis, normas e decisões do Tribunal de Contas da União e da Secretaria Federal de Controle;
- IX** - Emitir opinião sobre matérias de natureza administrativa, contábil e operacional;
- X** - Prevenir o cometimento de erros, desperdícios, abusos, práticas antieconômicas e fraudes;
- XI** - Propiciar informações oportunas e confiáveis, inclusive de caráter administrativo e operacional, sobre os resultados e efeitos atingidos;
- XII** - Salvaguardar os ativos financeiros e físicos quanto à sua boa e regular utilização e assegurar a legitimidade do passivo;
- XIII**-Contribuir com a implementação de programas, projetos, atividades, sistemas e operações, visando a eficiência, eficácia e economicidade dos recursos.

1.6.3 – RECURSOS DISPONÍVEIS

a) Equipe de Trabalho:

- um Auditor, com formação em Direito;
- uma Estagiária, da área de Ciências Contábeis.

b) Recursos Materiais e Tecnológicos:



A Auditoria Geral tem acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, Sistema de Administração de Pessoal - SIAPEcad, Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG, Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões - SISAC, Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação - SIMEC, Diário Oficial da União - DOU, Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, Lei Orçamentária Anual - LOA, regulamentações e normas internas.

c) Orçamento da Auditoria (excluída a remuneração de pessoal): A proposta de orçamento da Auditoria Geral do Instituto Federal do Paraná, referente ao exercício de 2011, é de R\$ 27.400,00 (vinte e sete mil e quatrocentos reais).

<u>Elemento</u>	<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
3.3.90.14.00	Diárias	R\$ 10.000,00
3.3.90.33.00	Passagens	R\$ 10.000,00
3.3.90.39.00	Treinamento	R\$ 5.000,00
4.4.90.52.00	Livros e Periódicos	R\$ 2.400,00

1.7 – ORÇAMENTO DO IFPR (PLOA - 2011)

Para o exercício de 2011, o Instituto Federal do Paraná tem previsão orçamentária através da PLOA-2011 de **R\$ 76.306.297,00** (setenta e seis milhões, trezentos e seis mil, duzentos e noventa e sete reais).



2 - PAINT

O Plano Anual de Atividades de Auditoria foi elaborado com base nas legislações vigentes, normas internas, procedimentos, planos, metas, objetivos e diretrizes adotadas pelo Instituto Federal do Paraná, bem como seus programas e ações definidos em orçamento.

A estrutura básica do PAINT é formada por 06 (seis) capítulos, a saber:

- 2.1** Áreas relacionadas que receberão auditoria;
- 2.2** Mapeamento das Atividades,
- 2.3** Hierarquização e Priorização das atividades;
- 2.4** Plano Anual de Atividades de Auditoria;
- 2.5** Ações de fortalecimento da unidade: IN SFC nº 01 de 2007;
- 2.6** Conclusão e análise dos resultados esperados com a atuação da auditoria.

2.1 – ÁREAS RELACIONADAS

Os trabalhos da auditoria contemplarão as seguintes áreas relacionadas a seguir, sendo destacadas as principais atividades passíveis de serem auditadas:



2.1.1 CONTROLES DA GESTÃO

2.1.1.1 Atuação do TCU (Acompanhar o atendimento aos Acórdãos e Diligências)

2.1.1.2 Atuação da CGU (Acompanhar as solicitações de auditoria e fazer a interligação com os setores/unidades internas interessadas)

2.1.1.3 Atuação da AUDIT (Avaliar os controles internos, acompanhar e verificar o atendimento das solicitações de auditoria, orientações, recomendações e plano de providências evitando a fragilidade dos controles, elaborar PAINT e RAINIT)

2.1.1.4 Formalização da Prestação de Contas

2.1.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1.2.1 Análise da Execução (Verificar a execução da despesa de acordo com as normas vigentes)

2.1.2.2 Convênios de Receitas

2.1.3 GESTÃO FINANCEIRA

2.1.3.1 Indenizações (Verificar a legalidade do ato de concessão de diárias, passagens e ajuda de custos)

2.1.3.2 Recursos Exigíveis (Verificar os pagamentos de restos a pagar e despesas de exercícios anteriores)



2.1.4 GESTÃO DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS

2.1.4.1 Processos Licitatórios

2.1.4.2 Contratos

2.1.4.3 Convênios de Despesas

2.1.5 GESTÃO DE PESSOAS

2.1.5.1 Insalubridade / Periculosidade

2.1.5.2 Auxílio-Transporte

2.1.5.3 Regime Disciplinar

2.1.5.4 Assistência ao estudante de ensino de Graduação (Bolsas de auxílio ao estudante - apoio técnico, carente, auxílio estágio)

2.1.6 GESTÃO PATRIMONIAL

2.1.6.1 Bens Imóveis

2.1.6.2 Transportes

2.1.7 GESTÃO OPERACIONAL

2.1.7.1 Análise da fidedignidade dos indicadores de desempenho das Instituições Federais de Ensino Técnico

2.1.7.2 PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

2.1.8 RESERVA TÉCNICA

2.1.8.1 Assessoramentos e Orientações



2.2. MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES

Para a realização do mapeamento de atividades, foram levados em consideração todos os programas, ações e atividades que apresentaram **créditos orçamentários (PLOA - 2011)** e sua correlação com as áreas de atuação previstas para a auditoria geral.

2.3 HIERARQUIZAÇÃO DAS ATIVIDADES

Na análise da hierarquização de atividades, foi levado em consideração cada item da PLOA-2011, ponderando sua a materialidade, a relevância e a criticidade, conforme critérios detalhados a seguir:

2.3.1 MATERIALIDADE

A materialidade é apurada com base no orçamento, ou seja, o percentual é aplicado sobre o orçamento.

MATERIALIDADE	ORÇAMENTO		GRAU	
Altíssima materialidade		X >	25,0%	10
Alta Materialidade	10,0%	< X <	25,0%	6
Média materialidade	1,0%	< X <	10,0%	4
Baixa materialidade	0,1%	< X <	1,0%	2
Baixíssima materialidade		X <	0,1%	1

X = orçamento do IFPR



2.3.2 **RELEVÂNCIA**

A hierarquização pela relevância se dá pela análise dos programas, ações e atividades quanto aos seguintes aspectos:

- Atividade ligada diretamente ao cumprimento da missão da instituição;
- Atividade pertencente ao Planejamento Estratégico da Instituição;
- Atividades que possam comprometer serviços prestados aos cidadãos;
- Atividades que possam comprometer a imagem da instituição;
- Programas prioritários.

Nesse caso, segue a matriz para a mensuração da relevância para ser aplicada em cada ação:

RELEVÂNCIA	GRAU
Altíssima relevância	10
Alta relevância	6
Média relevância	4
Baixa relevância	2
Baixíssima relevância	1



2.3.3 **CRITICIDADE**

A hierarquização pela criticidade leva em consideração os aspectos a seguir:

- Intervalo de tempo entre a última auditoria realizada e o momento do planejamento;
- Atividade descentralizada realizada por unidade gestora pertencente à instituição;
- Falha/falta conhecida nos controles internos da instituição;
- Falta de informação ou informação inconsistente;
- Distanciamento físico do gestor dos fatos onde as ações acontecem.

Nesse caso, segue a matriz para a mensuração da relevância para ser aplicada em cada ação:

CRITICIDADE	GRAU
Altíssima criticidade	10
Alta criticidade	6
Média criticidade	4
Baixa criticidade	2
Baixíssima criticidade	1

A análise pela criticidade ficou prejudicada devido ao fato da auditoria geral do Instituto Federal do Paraná ter iniciado suas atividades somente em 01/11/2010. Diante disto, foi inserido o grau 4 para todas as ações do orçamento.



2.3.4 MATRIZ DE RISCO

As atividades de auditoria, sob a égide da Constituição Federal e das normas correlatas, estarão voltadas para um exame de relevância e materialidade, na busca de evidências e de controle, para o fim de comprovar a legalidade e legitimidade dos atos e fatos administrativos e avaliar os resultados quanto aos aspectos de eficiência, eficácia e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, operacional, contábil e finalística da instituição.

Para atingir o objetivo da auditoria, cada atividade que compõe a Lei Orçamentária Anual (PLOA-2011) foi analisada sob três aspectos apresentados nos tópicos anteriores, isto é, materialidade, relevância e criticidade.

No desenvolvimento das atividades de auditoria, a amostragem dará preferência nos processos que envolveram atividades como segue:

- 70% de amostragem de matriz acima de grau 15;
- 20% de amostragem de matriz entre grau 10 e 15; e
- 10% de amostragem de matriz abaixo de grau 10.

Segue abaixo, matriz de risco de cada atividade inserida na PLOA-2011:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
AUDITORIA GERAL



Programática	Elemento	Programa/Ação/Produto/Localização	Fonte	Valor (R\$)	Materialidade	Relevância	Criticidade	Matriz de Risco		
0089	--	--	--	Previdência de inativos e pensionistas da União	--	35.516	--	--	--	--
0089	0181	--	--	Pagamento de aposentadorias e pensões – servidores civis	--	35.516	1	1	4	6
0750	--	--	--	Apoio administrativo	--	1.394.004	--	--	--	--
0750	2004	0041	3.3.90.39.00	Assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes	105	242.196	2	2	4	8
0750	2010	0041	3.3.90.08.00	Assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e empregados	105	24.300	1	2	4	7
0750	2011	0041	3.3.90.49.00	Auxílio-Transporte aos servidores e empregados	105	175.788	2	2	4	8
0750	2012	0041	3.3.90.46.00	Auxílio- Alimentação aos servidores e empregados	105	918.060	4	2	4	10
0750	20CW	0001	3.3.90.39.00	Assistência médica aos servidores e empregados – exames periódicos	105	33.660	1	2	4	7
1062	--	--	--	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica	--	74.823.426	--	--	--	--
1062	2319	--	--	Prestação de serviços à comunidade	--	4.272.814	--	--	--	--
1062	2319	0041	3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	281	3.072.814	4	4	4	12
			4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente	281	1.200.000	4	4	4	12
1062	2992	--	--	Funcionamento da Educação Profissional	--	48.236.828	--	--	--	--
1062	2992	--	--	Folha de Pagamento	112	11.559.334	6	6	4	16



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
AUDITORIA GERAL



Programática	Elemento	Programa/Ação/Produto/Localização	Fonte	Valor (R\$)	Materialidade	Relevância	Criticidade	Matriz de Risco		
1062	2992	0041	3.3.90.14.00	Diárias – Civil	105	710.000	2	4	4	10
			3.3.90.14.00	Diárias – Civil	250	75.000	2	4	4	10
			3.3.90.30.00	Material de Consumo	105	4.044.252	4	4	4	12
			3.3.90.30.00	Material de Consumo	250	1.100.000	4	4	4	12
			3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção	105	490.000	2	4	4	10
			3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção	250	75.000	2	4	4	10
			3.3.90.36.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa física	105	958.000	4	4	4	12
			3.3.90.36.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa física	250	60.000	1	4	4	9
			3.3.90.37.00	Locação de mão-de-obra	105	8.927.950	6	4	4	14
			3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	105	5.296.070	4	4	4	12
			3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	250	8.206.333	6	4	4	14
			3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	280	85.291	2	4	4	10
			3.3.90.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	105	156.844	2	2	4	8
			3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	105	259.200	2	2	4	8
			3.3.91.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	105	20.000	1	2	4	7
			4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente	105	4.403.554	4	4	4	12
			4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente	250	1.810.000	4	4	4	12



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
AUDITORIA GERAL



Programática	Elemento	Programa/Ação/Produto/Localização	Fonte	Valor (R\$)	Materialidade	Relevância	Criticidade	Matriz de Risco		
1062	2994	--	--	Assistência ao Educando da Educação Profissional	--	2.567.722	--	--	--	--
1062	2994	0041	3.3.90.18.00	Auxílio Financeiro a Estudantes	105	2.567.722	4	6	4	14
1062	6301	--	--	Acervo bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional	--	263.478	--	--	--	--
1062	6301	0041	4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente	105	263.478	2	4	4	10
1062	6358	--	--	Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional	--	80.026	--	--	--	--
1062	6358	0041	3.3.90.36.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa física	105	15.000	1	4	4	9
			3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	105	62.026	1	4	4	9
			3.3.91.47.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	105	3.000	1	4	4	9
1062	6364	--	--	Veículos e Transporte Escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional	--	425.566	--	--	--	--
1062	6364	0041	4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente	105	425.566	2	6	4	12
1062	8650	--	--	Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	--	16.337.602	--	--	--	--
1062	8650	0041	4.4.90.51.00	Obras e Instalações	105	13.070.082	6	10	4	20
			4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente	105	3.267.520	4	10	4	18
1062	1H10	0001	--	Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica	--	494.742	2	10	4	16
1062	09HB	0001	--	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência	--	2.144.648	4	2	4	10
1067	--	--	--	Gestão da Política de Educação	--	53.351	--	--	--	--
1067	4572	--	--	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	--	53.351	--	--	--	--
1067	4572	0041	3.3.90.14.00	Diárias – Civil	105	18.000	1	2	4	7
			3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com Locomoção	105	18.000	1	2	4	7
			3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica	105	17.351	1	2	4	7



2.4 – Ações de auditoria previstas para o exercício de 2011 e seus objetivos (IN SFC nº 01 de 2007)

Ação após avaliação sumária quanto ao risco inerente e sua relevância	Origem da Demanda	Objetivo da Auditoria	Escopo do trabalho	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
						Nº h/h	Conhecimento
01. CONTROLES DA GESTÃO							
1.1 – Atuação do TCU	TCU	Acompanhar o atendimento aos Acórdãos e Diligências evitando a não implementação pelos setores responsáveis.	100% dos Acórdãos e diligências emitidas.	01/03 a 31/03 01/10 a 30/10	AUDIT/ Unidades	88	Observação às Normas Vigentes
	GABINETE DO REITOR	Reuniões periódicas a fim de levantar as dificuldades para o cumprimento das demandas do TCU	Acompanhamento de 100% das solicitações do TCU	Mensal	GABINETE DO REITOR	48	Funcionamento do IFPR
1.2 – Atuação da CGU	CGU	Acompanhar o atendimento das solicitações na auditoria de acompanhamento e fazer a interligação com os setores/unidades internas	Acompanhamento de 100% das solicitações de auditoria.	11/04 a 29/04 11/07 a 29/07 03/11 a 11/11	AUDIT/ Unidades	88	Observação às Normas Vigentes



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
AUDITORIA GERAL



Ação após avaliação sumária quanto ao risco inerente e sua relevância	Origem da Demanda	Objetivo da Auditoria	Escopo do trabalho	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
						Nº h/h	Conhecimento
01. CONTROLES DA GESTÃO							
1.3 - Atuação da AUDIT	AUDIT	Acompanhar e verificar o atendimento das solicitações de auditoria, orientações, recomendações e plano de providências evitando a fragilidade dos controles.	100% das solicitações de auditoria, orientações, recomendações	Mensal	AUDIT/ Unidades	48	Observação às Normas Vigentes
	CGU	Elaboração do Relatório Anual das Atividades da Auditoria	RAINT 2011	Dezembro	AUDIT	80	IN CGU nº 01/07 IN CGU nº 07/06
	CGU	Elaboração do Plano Anual de Atividade de Auditoria para o exercício 2012	PAINT 2012	04/10 a 29/10	AUDIT	80	IN CGU nº 01/07 IN CGU nº 07/06 IN CGU nº 09/07
	AUDIT/ CGU	Elaboração dos relatórios de auditoria (registro das constatações de auditoria, notas de auditoria, pareceres técnicos e).	100% dos relatórios, notas e pareceres elaborados pela AUDIT	Mensal (Fev a Nov)	AUDIT	160	Normas de auditoria e legislação aplicada.
1.4 – Formalização da Prestação de Contas	AUDIT	Acompanhar a elaboração e verificar o cumprimento das formalidades exigidas na prestação de contas, evitando incompatibilidade com a legislação. Emitir parecer sobre o relatório de gestão e prestação de contas 2010	Relatórios de gestão e prestação de contas anual	01/02 a 26/02 01/03 a 26/03	AUDIT / PROPLAN	80	DN TCU 100/09 Portaria CGU 2.270/09 e anexos



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
AUDITORIA GERAL



Ação após avaliação sumária quanto ao risco inerente e sua relevância	Origem da Demanda	Objetivo da Auditoria	Escopo	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
						Nº h/h	Conhecimento
2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA							
2.1 Análise da Execução	AUDIT	Verificar a execução da despesa de acordo com as normas vigentes de modo a evitar conflitos com a legislação	10% do valor total dos processos de pagamento pelo fornecimento de bens e prestação de serviços	2º Trimestre	PROPLAN / AUDIT	80	Consulta SIAFI, SIASG e SIPAC Lei 8666/93 Lei 4.320/64 e normas correlatas
2.2 Convênios de Receitas	AUDIT	Verificar a legalidade, execução e prestação de contas de convênios de receitas, identificando descumprimentos aos seus termos e à legislação	50% dos processos de convênios de receitas vigentes no exercício.	2º Trimestre	AUDIT / PROPLAN / PRI / e Direção da Unidade	160	Normas internas da IFPR Consulta SIAFI e SIMEC, Dec. 6170/07 Portaria Interministerial 127-2008



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
AUDITORIA GERAL



Ação após avaliação sumária quanto ao risco inerente e sua relevância	Origem da Demanda	Objetivo da Auditoria	Escopo	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
						Nº h/h	Conhecimento
3 GESTÃO FINANCEIRA							
3.1 Indenizações	CGU / AUDIT	Verificar a legalidade do ato de concessão de diárias, passagens e ajudas de custo, inibindo pagamentos indevidos.	10% do valor total dos processos de diárias e de ajudas de custo concedidas e 10% das passagens concedidas.	3º Trimestre	AUDIT / PRO- REITORIAS / CAMPIS	80	Lei 8.112/90, Dec. nº 5992/06, Port. 98/03, Port. Ministerial 403/09, Dec. 4004/01 Consulta SIAPE, SIAFI e SIASG Normas internas do IFPR
3.2 Recursos Exigíveis	AUDIT	Verificar os pagamentos de restos a pagar e despesas de exercícios anteriores, evitando incompatibilidade com as normas vigentes	10% do saldo de restos a pagar	01/03 a 31/03	PROPLAN / AUDIT	16	Lei 4.320/64 Consulta SIAFI



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
AUDITORIA GERAL



Ação após avaliação sumária quanto ao risco inerente e sua relevância	Origem da Demanda	Objetivo da Auditoria	Escopo	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
						Nº h/h	Conhecimento
4 GESTÃO DE SUPRIMENTO DE BENS E SERVIÇOS							
4.1 Processos Licitatórios	TCU / CGU / AUDIT	Verificar a legalidade e formalidades do certame, identificando a existência de impropriedades nos processos licitatórios.	100% das Inexigibilidades; 50% das Dispensas 100% das Cartas Convites 20% das Demais Modalidades	Fevereiro Maio Agosto Novembro	AUDIT / PRAI / PROPLAN / Campis	320	Lei 8.666/93 Lei 10.520/02 LC 123/06 Dec. 3.555/00 Dec. 5.450/05 Dec. 5.504/05 Dec. 3.391/01 Lei 8.897/95 Lei 11.079/04
4.2 Contratos	CGU / AUDIT	Verificar a legalidade, execução e acompanhamento dos contratos, identificando descumprimentos aos seus termos e a legislação.	10% dos contratos vigentes e 100 % dos aditivos contratuais com acréscimos monetários	Fevereiro Maio Agosto Novembro	AUDIT / PRAI / PROPLAN / Campis	160	Lei 8.666/93 Dec. 6.170/07
4.3 Convênios de Despesas	AUDIT	Verificar a legalidade, execução e prestação de contas de convênios de despesas, identificando descumprimentos aos seus termos e à legislação	50% dos processos de convênios de despesas vigentes no exercício.	4º Trimestre	AUDIT / PROPLAN / PRI / Unidades	160	IN STN nº 01 de 15/01/97 e Normas internas do IFPR Consulta SIAFI Dec. 6170/07 Port. Interm 127/08



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
AUDITORIA GERAL



Ação após avaliação sumária quanto ao risco inerente e sua relevância	Origem da Demanda	Objetivo da Auditoria	Escopo	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
						Nº h/h	Conhecimento
5 GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS							
5.1 Insalubridade / Periculosidade	CGU / AUDIT	Verificar a existência de laudo pericial evitando pagamento indevido	100% dos servidores que recebem os adicionais	1º Trimestre	PROGEPE / AUDIT	16	Lei 8.112/90, SIAPE
5.2 Auxílio - Transporte	CGU / AUDIT	Verificar a regularidade do pagamento e a formulação dos processos.	Servidores efetivos e substitutos com rendimento mensal superior a R\$ 300,00 nesta rubrica	1º Trimestre	PROGEPE / AUDIT	40	Lei 8.112/90, SIAPE
5.3 Regime Disciplinar	CGU / AUDIT	Verificar o cumprimento da aplicação das penalidades, evitando transgredir as normas vigentes	20% dos processos disciplinares e de sindicância.	Dezembro	AUDIT / REITORIA	40	Lei 8.112/90 Lei 8.429/02
5.4 Assistência ao estudante de ensino de Graduação (Bolsas de auxílio ao estudante - apoio técnico, carente, auxílio estágio)	AUDIT	Verificar a existência de normas para seleção de bolsistas por tipo de bolsas e o cumprimento das etapas de cadastro e registro de frequência dos bolsistas, evitando transgredir as normas vigentes.	10% do valor total de bolsas pagas pelo IFPR	1º Trimestre	AUDIT / PREPPG / PROGEPE / PROPLAN	160	Lei do Estágio Normas internas do IFPR



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
AUDITORIA GERAL



Ação após avaliação sumária quanto ao risco inerente e sua relevância	Origem da Demanda	Objetivo da Auditoria	Escopo	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
						Nº h/h	Conhecimento
6 GESTÃO PATRIMONIAL							
6.1 Bens Móveis	AUDIT	Verificar a consistência e aderência dos controles administrativos, utilização, conservação e baixa de bens, prevenindo desvios e uso inadequado.	20% dos bens móveis do IFPR	2º Trimestre	AUDIT / PRAI / Demais Unidades	80 h	IN nº 205/1988 Dec. 200/67 Princípios Fundamentais de Contabilidade Normas Brasileiras de Contabilidade e Normas internas do IFPR
6.2 Transportes	AUDIT	Verificar a eficácia do gerenciamento e dos controles, evitando a utilização inadequada dos veículos.	100% dos veículos.	2º Trimestre	AUDIT / PRAI	160 h	IN nº 205/1988 Dec. nº 99.658/90 IN CGU nº 01/07 Normas da Pró-Reitoria de Administração



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
AUDITORIA GERAL



Ação após avaliação sumária quanto ao risco inerente e sua relevância	Origem da Demanda	Objetivo da Auditoria	Escopo	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
						Nº h/h	Conhecimento
7 GESTÃO OPERACIONAL							
7.1 Análise da fidedignidade dos indicadores de desempenho das IFES	TCU/CGU	Verificar a fidedignidade dos indicadores de desempenho e como foram calculados	Relatório de gestão – prestação de contas anual	1º Trimestre	AUDIT / PROPLAN	40	Decisão TCU n.º 408/2002-Plenário “Orientações para o cálculo dos indicadores de gestão”
7.2 PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional	TCU/CGU	Verificar se as metas previstas foram cumpridas e se as prioridades para a utilização dos recursos destinados a obras e Instalações e equipamentos e materiais permanente estão de acordo com o planejado.	Relatório de gestão – prestação de contas anual	1º Trimestre	AUDIT / PROPLAN	80	Controle Administrativo da demanda



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ
AUDITORIA GERAL



Ação após avaliação sumária quanto ao risco inerente e sua relevância	Origem da Demanda	Objetivo da Auditoria	Escopo	Cronograma	Local de Realização dos Trabalhos	Recursos Humanos	
						Nº h/h	Conhecimento
8 RESERVA TÉCNICA							
8 RESERVA TÉCNICA 8.1 Assessoramentos e Orientações	GABINETE DO REITOR / UNIDADES GESTORAS	Assessoramento a administração com emissão de orientações, pareceres, minutas de normas/portarias, bem como palestras informativas para todos os servidores da unidade demandada.	-	Mensal	AUDIT	176	Normas internas da instituição e legislação pertinente



2.5 - AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO PREVISTAS PARA O FORTALECIMENTO DAS ATIVIDADES DA AUDITORIA (IN SFC nº 01 de 2007)

Ação de desenvolvimento institucional e capacitação	Origem da Demanda	Justificativa	Cronograma	Local de Realização	Nº horas dos Recursos Humanos
Participação no FONAI-MEC	MEC / AUDIT	Promoção de integração e treinamento dos auditores internos de todas as instituições federais vinculadas ao MEC	MAI/2011 OUT/2011	A definir	80 h
Curso de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil	AUDIT	Atualização e capacitação da equipe.	ABR/2011	A definir	24 h
Curso de Gestão de Convênios	AUDIT	Atualização e capacitação da equipe.	JUN/2011	A definir	24 h
Curso de Gestão e fiscalização de contratos	AUDIT	Atualização e capacitação da equipe.	JUL/2011	A definir	24 h
Curso de Licitação em obras e serviços de engenharia	AUDIT	Atualização e capacitação da equipe.	AGO/2011	A definir	24 h
Curso de SIAFI	AUDIT	Atualização e capacitação da equipe.	SET/2011	A definir	24 h



2.6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PAINT 2011 abrange o período de 01/01 a 31/12/2011. Para o cálculo das horas, consideramos o quantitativo atual de 01 (um) auditor de 8 horas diárias e 01 (um) estagiário de 20 horas semanais. Totalizando durante o ano, 2.640 horas que foram distribuídas nas atividades de auditoria.

Nas horas destinadas a cada ação está incluso o tempo necessário para o planejamento dos trabalhos, coleta e análise de dados aplicados através de métodos de amostragem, leitura e interpretação da legislação pertinente, elaboração das solicitações de auditoria, dos registros das constatações de auditoria, das notas de auditoria e dos relatórios com os achados positivos e negativos de auditoria e as devidas recomendações.

Os trabalhos de auditoria serão realizados segundo as normas de auditoria aplicáveis ao serviço público federal e as práticas contábeis adotadas no Brasil, objetivando emitir opinião sobre as contas das unidades analisadas, assim como diagnosticar e certificar a gestão dos recursos alocados executada por seus agentes responsáveis.

Ao longo do exercício, o cronograma de execução dos trabalhos poderá sofrer alterações em função de alguns fatores externos, não programados, como: treinamentos, trabalhos especiais, atendimento ao TCU, à CGU, ao Reitor, à administração central e aos diretores de campi.



A unidade de Auditoria Geral prestará assistência durante todas as auditorias realizadas nas unidades do IFPR, tanto pela Controladoria Geral da União, quanto pelo Tribunal de Contas da União, bem como quaisquer outras auditorias e fiscalizações externas, acompanhando as recomendações efetuadas pelos mesmos e informando seus resultados aos órgãos competentes.

Com a elaboração do PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria espera-se que os trabalhos da auditoria do IFPR sejam realizados compatíveis com tal planejamento, a fim de que os resultados aconteçam conforme o esperado.

Diante da proposta elaborada, submetemos à análise prévia da CGU Regional/PR, a fim de que esta se manifeste acerca do cumprimento das normas e orientações pertinentes, além de tecer suas recomendações.

Curitiba, 30 de novembro de 2010

Valdinei Henrique Costa

Auditor - IFPR